



## Opinião Econômica

Marcos Mendes

Pesquisador associado do Insper, é organizador do livro 'Para não esquecer: políticas públicas que empobrecem o Brasil'

banrisul

# Fazenda e Planejamento viraram comitê financeiro de campanha eleitoral

O Planalto acionou uma metralhadora giratória de políticas de distribuição de benefícios de impacto eleitoral. Subsídios ou redução tributária para diesel, GLP, gasolina, biodiesel e querosene de aviação. Crédito subsidiado para empresas aéreas, compra de caminhões, bens de capital, exportadores, máquinas agrícolas, microempresas de turismo.

Está no forno a bagatela de R\$ 30 bilhões em empréstimos para taxistas e motoristas de aplicativo. Há, ainda, o refinanciamento de dívidas estudantis e o Desenrola. Além de mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal para poder dar benefício tributário sem a correspondente compensação.

O governo também assume o risco de patrocinar a redução da jornada de trabalho e de ter de pagar compensações às empresas, seja por desoneração da folha, seja por aumento nos limites para enquadramento nos regimes favorecidos (Simples e MEI).

A equipe econômica, cuja função seria apontar limites, riscos e custos nos desejos políticos, atua apenas para operacionalizar e viabilizar as ordens de gastar: tudo o que seu mestre mandar! Os ministérios da Fazenda e do Planejamento foram transformados em comitê financeiro de campanha eleitoral.

Esse fato está refletido na satisfeita fala de Lula a respeito do novo ministro do Planejamento:

“Esse moço é mágico para aparecer dinheiro (...) ele vai futucar no arquivo morto das possibilidades e vai conseguir encontrar alguma coisa pra gente fazer”.

O último mágico que passou pela gestão financeira do governo federal foi Arno Augustin, que deixou herança de pedaldas e crise. Parece que o partido não aprende.

O TCU tem relatório pronto recomendando a interrupção das “mágicas”. Elas são truques contábeis, para driblar as regras fiscais. O expediente mais usado tem sido fazer política pública por meio de empréstimos subsidiados do Tesouro. Por ser um desembolso “financeiro”, não “primário”, não entra na conta da meta de dé-

ficit primário inscrita em lei.

Na prática, contudo, a dívida pública cresce de qualquer forma. E ainda cria políticas públicas tortas.

Tomemos como exemplo o pacote anunciado para a segurança pública. Nada menos que R\$ 10 bilhões do total de R\$ 11 bilhões alocados para o programa são empréstimos a estados e municípios via BNDES, para comprar equipamentos.

Ora, política de segurança pública se faz principalmente com gastos correntes: pagar salários de policiais, comprar e manter sistemas de informação, custear a logística de operações. Um plano em que 91% dos recursos precisam ser contratados via financiamentos não conseguirá custear as despesas correntes.

Quando criou a “taxa das blusinhas”, além do argumento protecionista, o governo apontou o ganho fiscal da medida. Ao revo-

gá-la, a equipe econômica aceitou escrever na exposição de motivos da medida provisória que o custo fiscal será zero.

A todo momento se argumenta que o aumento do preço do petróleo vai gerar receita inesperada, que pode ser gasta com esses programas, sem piorar as contas públicas.

Mas a pergunta correta é: qual seria a melhor aplicação para os recursos extras? Quitar dívida pública que cobra juros altos dos contribuintes e sufoca a economia ou subsidiar gasolina e passagens aéreas para os ricos?

O secretário-executivo do Planejamento já fez sua escolha. Ao afirmar ao Valor Econômico que “eu não vou querer construir um superávit maior à custa do povo brasileiro”, age como um sujeito endividado que ganha na loteria e, em vez de arrumar sua vida financeira, torra tudo e volta à precariedade.

**banriway** A vida financeira do seu filho começa aqui.

A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul.

Para eles terem **mais autonomia e segurança.**

**banrisul**  
www.banrisul.com.br/banriway

# Fazenda eleva projeção do IPCA de 2026 a 4,5% por desdobramentos do conflito no Oriente Médio

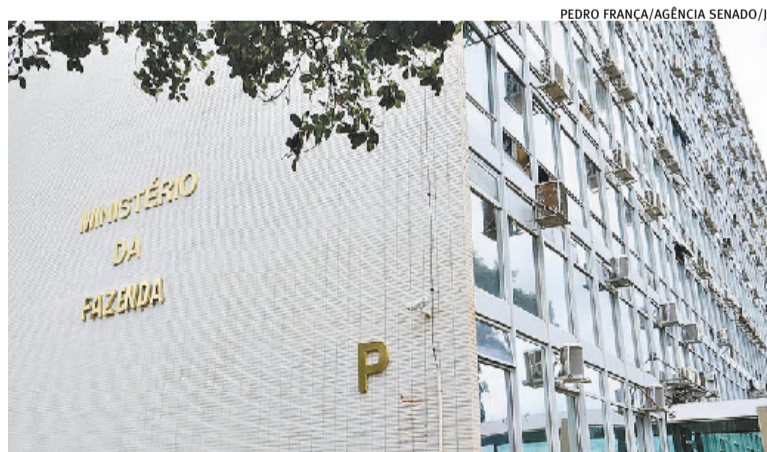
Pasta do governo subiu a previsão da inflação oficial de 3,7% para 4,5%, no teto da meta

/ CONJUNTURA

O Ministério da Fazenda aumentou a sua projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026, de 3,7% para 4,5% - no teto da meta, de 4,5%. Para 2027, a projeção subiu de 3,0% para 3,5%, maior do que o centro do alvo, de 3,0%.

As informações foram divulgadas, ontem, no Boletim Macroeconômico, publicado pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

A perspectiva de maior inflação no ano reflete, principalmente, desdobramentos do conflito no Oriente Médio sobre os preços do petróleo e seus derivados, segundo a SPE. “Contudo, as projeções também consideram que parte do impacto do choque nos preços do petróleo será contrabalançada pelos efeitos do real mais apreciado,



Informações foram divulgadas ontem, junto ao Boletim Macroeconômico

e por medidas mitigatórias adotadas pelo governo federal para conter o repasse do aumento dos combustíveis no mercado doméstico”, diz a secretaria.

“Até o início dos conflitos no Oriente Médio, dados do IPCA apontavam para uma trajetó-

ria de desaceleração da inflação, com convergência para o centro da meta. Desde março, contudo, o choque na cotação internacional do petróleo, além de afetar os preços dos combustíveis, passou a pressionar insumos industriais e custos de transporte, com possí-

veis desdobramentos em itens da cadeia de alimentos”, afirma.

Segundo a secretaria, esse cenário é compatível com uma trajetória de inflação mais disseminada e persistente ao longo de 2026, o que explica a revisão altista da projeção.

A revisão, portanto incorpora os seguintes fatores: elevação da cotação do petróleo, que atua como vetor altista; a apreciação da taxa de câmbio estimada para 2026, a expectativa de mercado de uma taxa Selic mais alta ao longo do ano; as políticas mitigatórias, que operam em sentido oposto; e os resultados recentes do IPCA, que vieram acima do projetado na grade anterior.

A previsão também já considera bandeira tarifária amarela para a energia elétrica em dezembro.

# Focus aumenta prognóstico da taxa de juros

Os economistas subiram a previsão para a taxa de juros neste ano, elevando a Selic de 13% para 13,25%, segundo o boletim Focus divulgado pelo Banco Central ontem.

É a primeira vez que os analistas aumentaram a expectativa desde 20 de abril. Já as perspectivas para os três anos seguintes foram mantidas em 11,25% (2027) e 10% (2028 e 2029).

Os especialistas também subiram a previsão para a inflação deste ano, que foi de 4,91% para 4,92%.

É a décima semana consecutiva em que a expectativa cresce para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que vem sendo elevada desde o início da guerra no Irã em 28 de fevereiro.

Os dados refletem a perspectiva de aumento de preços em todo o mundo.